

ANÁLISE DO ACORDO (LEIS 13.324 e 13.328/16) E REFLEXÕES SOBRE O FUTURO

“O futuro não é mais como era antigamente”.
(Legião Urbana)

Esta mensagem objetiva abrir uma reflexão sobre as perspectivas futuras para os servidores da área ambiental partindo das questões relevantes que abaixo pontuamos acerca do Reajuste Salarial e dos pontos de Reestruturação da Carreira (CEMA e PECMA) aprovados por meio das Leis 13.324/16 e 13.328/16 de 29 de Agosto e de normas infralegais, que são a materialização do Termo de Acordo 16/2015 assinado com Governo; bem como arriscar ir além, problematizando a situação do país. Para isso, não subestimaremos a inteligência dos servidores(as) com um texto curto e oco, optando por uma discussão um pouco maior, porém de mais conteúdo e com as melhores intenções.

Começando, é preciso registrar que nas Mesas e nas decisões não estivemos como frios calculistas ou como quem carrega um fardo ou mera obrigação, pois ali se mexe com a vida das pessoas, se cuida das políticas ambientais, se pensa nos propósitos sociais do nosso trabalho e nas mudanças sociais que deveriam dele decorrer. É uma grande responsabilidade que levamos com a máxima seriedade e empenho. Sabemos do valor do nosso trabalho e das pessoas que o executam.

Destacamos, como dantes, que a Proposta de Reestruturação da Carreira¹ levada à Mesa foi aprovada no Encontro Nacional dos Servidores (Abril/2015), discutida em mais de 46 Assembleias realizadas pelas entidades por todo o país, contando com mais de 1.000 servidores diretamente, que somaram 96 delegados eleitos, com 88 presentes. Encerramos assim, com a aprovação do Acordo, um difícil processo de negociação iniciado com a primeira rodada em 20 de Maio/2015.

Todo o processo foi marcado pela intransigência e inflexibilidade do Governo em negociar, principalmente no que tange às reposições salariais, apresentando uma proposta linear e inegociável para praticamente todas as carreiras. Era o culminar de uma crise político-econômica que vinha se arrastando e dos planos de ajustes fiscais, que tinham como foco reduzir o gasto público, principalmente relativo à folha de pessoal. Isso somado à baixa mobilização por parte do funcionalismo público em geral refletiram numa margem muito estreita para negociar na Mesa.

Tendo isso em vista, consideramos os pequenos avanços como conquistas muito importantes, que resultaram de muito esforço meses a fio e duras rodadas de negociação, depois aprovadas pelas Assembleias ocorridas por todo país antes da assinatura do Acordo. Ainda que tenha sido muito aquém do que apresentamos nos *23 pontos da Proposta*, cremos ter avançado e chegado até onde deu naquela ocasião. Por isso ressaltamos, foi uma conquista que merece ser comemorada.

Os Pontos Acordados² e nossas Considerações

1) Reajuste da Remuneração de 10,8% divididos em 2 anos (2016-2017)

Esse reajuste não resultou em aumento salarial, pois apenas recompõe uma pequena parte do que vêm sendo corroído pela inflação desde 2002³, não cobrindo sequer a inflação do período de sua vigência. Por isso são percentuais que passam longe de atender ao que foi pleiteado na Mesa⁴ com: correção da perda inflacionária; equiparação com a Carreira de Analista de Infraestrutura; alterar a relação Vencimento Básico (VB)/Gratificações (GDAEM/GTEMA) para 70% (VB) e 30% (GDAEM/GTEMA) – porquanto propostas como Subsídio e outras não foram aprovadas no Encontro dos Servidores/2015 por falta de amadurecimento nas discussões.

Outra preocupação sobre a defasagem salarial que foi levada à negociação correspondia à distorção existente entre os cargos de Nível Auxiliar – NA e os de Nível Intermediário – NI, e entre os últimos e o Nível Superior – NS; do que resultou na Proposta que cada Nível tivesse remuneração correspondente a 70% da do Nível imediatamente superior em todas as classes dos cargos (NA 70% do NI; NI 70% do NS).

Como essa questão da disparidade é grave, foi criado um **Grupo de Trabalho pelo Encontro dos Servidores/2016** especificamente para discutir melhorias para os servidores do **Nível Intermediário**, para debatermos nos fóruns da Ascema Nacional, para o qual convidamos os servidores NI de todos os órgãos ambientais, filiados às entidades locais, a participarem.

¹ Veja os **23 pontos da Proposta de Reestruturação da Carreira** e sua fundamentação em: <http://goo.gl/p9af4h>

² Para a referência nas Leis dos pontos acordados e das Tabelas, ver: <http://goo.gl/iSDTPz>

³ A premissa da Ascema Nacional partia da Inflação Acumulada de 131% entre 2002 e 2014 e da previsão de 7,0%, 6,5%, 6,0% e 5,5%, respectivamente, para 2015, 2016, 2017 e 2018. Ver: <http://goo.gl/0wFX4V>.

⁴ A Proposta aprovada no Encontro Nacional/2015 previa em parcela única para 2016 os reajustes entre: 142,56% a 149,20% para o Nível Auxiliar; 101,06% a 107,61% para o Nível Intermediário; e 24% a 38,21% para o Nível Superior. Resultando em valores das classes iniciais e finais (A1-SIII) sem GQ, respectivamente, NA: R\$ 5.460,44 e 7.558,57, NI: R\$ 7.800,63 e 10.797,96; NS: R\$ 11.143,76 e 15.425,65. (Ver Nota 1)

2) Criação da Gratificação de Qualificação III – GQ3 para os Níveis Superior e Intermediário:

A GQ3 foi um importante passo na melhoria da Carreira e na busca por sua excelência, pois permite atrair profissionais mais qualificados além de incentivar e valorizar a qualificação e aprimoramento do conhecimento dos servidores da casa. É uma demanda antiga que agora pode ser efetivada, mas, para tanto, precisa ainda ser Regulamentada pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, o que buscaremos acelerar.

Essa conquista teve um ar especial e dramático até a sanção da Lei 13.324/16 no fim de Agosto, porque estava ameaçada devido a confusões que ocorreram no Senado Federal, que acordara seu veto com a Presidência. Tivemos que correr atrás, fazendo articulações e gestão junto aos órgãos do Governo Interino, para garantir o cumprimento dessa parte do Acordo, que já estava na lista de vetos pela Casa Civil. Felizmente logramos êxito. Outras carreiras obtiveram perda de partes dos seus Acordos.

Apesar do avanço, os valores estão muito distantes do que foi proposto pela Ascema Nacional e mesmo do que foi posto pelo MMA nos 2 (dois) Avisos Ministeriais que conquistamos⁵. Além disso, e muito sério, ficaram de fora o Nível Auxiliar e servidores(as) já aposentados. Coisa que teremos de tentar reverter nas próximas negociações.

3) Incorporação da Gratificação de Desempenho (GD) nos proventos de aposentadoria pela “média dos pontos” (média aritmética igual a 60 meses anteriores à data da aposentadoria)

A incorporação da GD aos proventos de aposentadoria passando a considerar a “média dos pontos” que tiverem sido recebidos nos últimos 5 anos é uma importantíssima vitória, que aproxima da paridade entre ativos e aposentados, e reduz a corrosão inflacionária gerada pela antiga regra da “média dos valores”. Existe a tendência de todos os Governos em dismantelar a Previdência e minguar os vencimentos dos aposentados. Se em relação a benefícios para os ativos a margem era muito pequena, para os aposentados em geral a restrição é quase absoluta. São questões quase inegociáveis com os governantes.

A diferença do valor da média em relação ao valor pago atualmente será incorporada em três parcelas anuais, que serão pagas em janeiro de 2017, 2018 e 2019. Cada parcela corresponderá a 1/3 do valor da diferença entre a média e o valor atual.

Serão contemplados os servidores que se aposentaram ou irão se aposentar de acordo com as regras contidas nos artigos 3º, 6º e 6º-A da Emenda Constitucional nº 41 de 2003 e do artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47 de 2005.

No nosso entendimento, o problema que existe é a exigência do Termo de Opção, com o que o Governo parece querer se livrar das ações judiciais.

4) Revogação do Art. 2º da lei 12856/13 - Indenização de Campo

A Lei 13.328/26, Art.151, XVI, revogou, como parte do Acordo, o Art. 2º da Lei nº 12.856/2013, com valor de até R\$ 590,00 por mês dada aos servidores que se afastarem do seu local de trabalho, com vedação à percepção cumulativa de diária, para execução de trabalhos de campo. A indenização era devida aos Analistas e Técnicos Ambientais da CEMA do IBAMA e ICMBio que, em caráter habitual e permanente, exerceram as atribuições típicas de seu cargo em localidades situadas na Amazônia Legal. Foi consensual no Encontro/2015 pedir a revogação por ser um dispositivo adverso para a Carreira, pois devida somente para a Amazônia Legal e por limitar a somente parte dos cargos integrantes da CEMA.

A Proposta do Encontro/2015 que levamos à Mesa era a inclusão para a Carreira da Gratificação de Atividades de Risco - GAR e da Indenização de Fronteira (incluindo a área ambiental federal na Lei nº 12.855/13 que contempla as Carreiras da DPF, PRF, RFB, MAPA).

5) Mesa Setorial Permanente de Negociação⁶

É preciso enfatizar essa vitória que normalmente passa despercebida por não reverter em resultados imediatos de ganhos financeiros aos servidores. Boa parte das coisas que impactam na nossa vida, na qualidade de vida no trabalho, nas condições do trabalho, na qualidade dos órgãos para prestação do serviço ao público e nos resultados que a área ambiental federal remete à sociedade não têm nenhum impacto financeiro para o Estado ou tem muito pouco e, quando tem, os custos são compensados em muito com os resultados para todos: Estado, servidores, sociedade e meio ambiente.

Buscamos melhores condições muito além das salariais e transformar nosso trabalho em mudança positiva na sociedade, para conservação do meio ambiente e a garantia de sua qualidade para uma perspectiva que seja saudável para a nossa e as futuras gerações. Esse é um claro diferencial dos servidores da área ambiental. E para alcançar nossas aspirações talvez a Mesa possa ser um dos caminhos.

Como grande porção da nossa Proposta de 2015 não tinham impacto financeiro, muitas delas foram remetidas a esse espaço para podermos avançar. Durante as negociações avançamos para o entendimento que deveriam ser instalados já a partir daquele momento os Fóruns de Gestão de Pessoas, de Planejamento e de Reestruturação das Instituições. Foram selecionados os seguintes temas: *Dimensionamento da Força de Trabalho dos órgãos ambientais*

⁵ Para Proposta da Ascema ver link da Nota 1. 1º Aviso MMA 113/15: <http://goo.gl/Y0IGSS>. 2º Aviso MMA 123/15 <http://goo.gl/zQLjQV>

⁶ Veja Informe completo sobre a Mesa em: <http://goo.gl/yLyshc>

e definição de perfil de servidores a ser contratado via concurso público; Plano de Capacitação e Formação Inicial na Carreira; Política de Mobilidade; Atenção à Saúde, Qualidade de Vida, Programa para Aposentadoria e Combate ao Assédio Moral; Estruturação dos cargos da CEMA/PECMA; Transversalização do Cargo de Analista Ambiental; Funções Comissionadas Ambientais; Autarquização do SFB; e a Atividade de Pesquisa do âmbito do MMA e Vinculadas. Já existem temas em andamento ali por meio de Grupos de Trabalhos do Fórum de Gestão de Pessoas.

Perspectivas para o Futuro

Se vivíamos durante a negociação um cenário político-econômico árido, vislumbramos um futuro ainda mais impertinente. Estamos presenciando a maior crise política desde a abertura democrática, tendo protagonismo do Congresso Nacional mais conservador desde a Ditadura, quicá o mais corrupto também. O ciclo de crescimento econômico vivido na América Latina, por conseguinte no Brasil, entre os anos 2003-2008, ancorado numa bolha especulativa internacional, ruiu e não dá sinais de recuperação no curto prazo. O momento crítico se expressa com maior clareza em presenciarmos uma Presidente afastada, com possibilidade mais provável de Impeachment pelas mãos desse Congresso. Com isso, o cenário o qual com ela, que inclusive se apoiava, dentro do Governo e no Congresso, em parte dessa base que hoje a quer derrubada, praticando medidas impopulares e de arrocho, mormente o Ajuste Fiscal, sofreu uma inflexão para muito pior, já evidenciada pelas medidas do Governo Interino, com ataques ainda maiores e numa velocidade vertiginosa. Caso esses ataques não sejam derrotados, estaremos por certo no momento do país de maiores retrocessos sociais, trabalhistas, ambientais etc. das últimas décadas, um verdadeiro giro ao passado.

Para o mundo do trabalho, foram listados ao menos 63 ameaças tramitando no Congresso Nacional⁷. Apenas pra ter uma ideia do que isso significa para o funcionalismo público: *Reforma fiscal que pode suspender a realização de concursos públicos, congelar salários e criar até um programa de demissão voluntária de servidores públicos (PLP 257-2016); Dispensa do servidor público por insuficiência de desempenho (PLP 248/1998 – Câmara); Instituição de limite de despesa com pessoal (PLP 1/2007 – Câmara); Criação do Estatuto das Fundações Estatais (PLP 92/2007 – Câmara); Regulamentação e retirada do direito de greve dos servidores (PLS 710/2011 – Senado; PLS 327/2014 – Senado; e PL 4497/2001 – Câmara); Extinção do abono de permanência para o servidor público (PEC 139/2015 – Câmara)*. Além da já aprovada Desvinculação das Receitas da União (DRU), instrumento que permite que o governo aplique os recursos inicialmente destinados a áreas como educação, saúde e previdência social em qualquer despesa considerada prioritária e, na formação de superávit primário e o pagamento de juros da dívida pública, e com aumento do patamar para 30%.

Mas muito mais do que isso são os pacotes de retiradas de direitos e garantias socioambientais e outros com: ataques à legislação ambiental, às UCs, flexibilização do licenciamento, exploração de gás não-convencional, Código de Mineração, políticas pró-agronegócio e pesca, ataques aos direitos indígenas e povos tradicionais, desmonte do Estado, projetos que destroem a educação e saúde públicas; só pra dar exemplos entre muitas e muitas outras coisas.

Queremos com isso chamar a atenção de que a *Era de Retrocessos* está aberta, que nossas questões não podem se encerrar e não se resolverão com demandas apenas corporativas, que nossas tarefas exigirão muito mais de nós, que temos que estar juntos dos demais servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, além de movimentos sociais, para debater não só o futuro da nossa Carreira ou da Política Ambiental, mas, sem perdê-las nunca de vista, pensar no futuro que queremos para o Brasil.

Considerações Finais ou as Nossas Perspectivas para o Futuro

Como disse Paulo Freire “*É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática*”.

Então, terminaremos de modo diferente, não com pensamentos e frases acabadas de sentido normativo, mas sim palavras soltas, entretanto coerentes, que já encerram em si mesmas muitos significados, sendo ao mesmo tempo tarefas que temos diante de nós, as quais devemos construir e dar um sentido juntos.

Unidade! Consciência! Solidariedade! Luta! Organização! Participação! Mobilização! Criatividade! Sabedoria! Coletivo! Felicidade! Honestidade! Respeito! Cooperação! Ética! Atitude! Politização! Igualdade! Meio Ambiente! Resistência! Brasil! FUTURO!!!

“Primeiramente...”

DIRETORIA EXECUTIVA

Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do PECMA

<http://www.ascemanacional.org.br/>

Brasília, 03 de Agosto de 2016

⁷ Partindo do levantamento do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP, levantou-se outros mais. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/a-agenda-das-contrarreformas-no-congresso-63-ataques-aos-direitos-sociais-e-contando/>